

**AÇÃO PENAL Nº 880 - DF (2017/0063590-0) (f)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**RÉU : ROBINSON MESQUITA DE FARIA**  
**ADVOGADOS : JOSE LUIS MENDES DE OLIVEIRA LIMA - SP107106**  
**RODRIGO NASCIMENTO DALL'ACQUA - SP174378**  
**JAQUELINE FURRIER - SP107626**  
**GIOVANNA CARDOSO GAZOLA - SP194742**  
**CAMILA TORRES CESAR - SP247401**  
**ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA - SP234928**  
**ROSSANA BRUM LEQUES - SP314433**  
**ANNA LUIZA RIBEIRO DOS SANTOS DE SOUSA - DF038965**  
**VERONICA CARVALHO RAHAL - SP316334**  
**DANIEL KIGNEL - SP329966**  
**KATIELLE RAMOS POTENZA - SP356436**  
**BRISA MARTINUZE MARTINS - SP370520**  
**FABIANA SANTOS SCHALCH - SP393243**  
**IGGOR DANTAS RAMOS - SP398069**  
**CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS - DF048750**  
**RÉU : MAGALY CRISTINA DA SILVA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ AUGUSTO DE CASTRO - RN003898**  
**MARCOS AURÉLIO SANTIAGO BRAGA - RN006393**  
**IVIS GIORGIO TAVARES BARROS DIAS - RN006600**  
**ALTAIR SOARES DA ROCHA FILHO - RN014966**  
**VICTOR PINTO MAIA - RN014385**  
**CAROLINA DIOGENES MARQUES - DF054673**  
**RÉU : ADELSON FREITAS DOS REIS**  
**ADVOGADOS : EMMANOEL CAMPELO DE SOUZA PEREIRA - DF020756**  
**ERICK WILSON PEREIRA - DF020519**  
**PABLO DE MEDEIROS PINTO - RN006330**  
**ÍCARO WENDELL DA SILVA SANTOS - RN009254**  
**LEONARDO PALITOT VILLAR DE MELLO - RN006250**  
**RAFFAEL GOMES CAMPELO - RN009093**  
**MARÍLIA CASTELLANO PEREIRA DE SOUZA YURTDAS -**  
**RN007210**  
**EMANUEL DE HOLANDA GRILO - RN010187**  
**ÂNGILO COELHO DE SOUSA - RN009144**  
**MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA - DF056341**  
**SOC. de ADV. : ERICK PEREIRA ADVOGADOS**

**DECISÃO**

Tratam os presentes autos de **ação penal**, por meio da qual o Ministério Público Federal imputa ao **ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, ROBINSON MESQUITA DE FARIA, MAGALY CRISTINA DA SILVA e**

**ADELSON FREITAS DOS REIS**, o crime de embaraço a investigação de organização criminosa, tipificado no art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/2013.

Os autos da investigação foram formados a partir do desmembramento da **Pet 6.439**, em curso no Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do eminente **Ministro Luiz Fux**, a qual diz respeito a colaborações premiadas envolvendo autoridades detentoras de foro por prerrogativa de função, remetidos a esta Corte Superior em razão de, à época, o então investigado **Robinson Mesquita de Faria** ocupar o cargo de **Governador do Estado do Rio Grande do Norte**.

Em que pese a investigação haver tramitado integralmente, até à propositura da ação penal e à apresentação de defesas preliminares, neste Tribunal Superior, é fato notório que o mandato de Governador, então exercido por **Robinson Mesquita de Faria**, terminou em 31 de dezembro do ano passado.

Em vista disso, o Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 1199, opinando no sentido de que seja reconhecida a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, com a consequente remessa dos autos a uma das Varas Criminais do Estado do Rio Grande do Norte.

Sendo o que havia, em síntese, a relatar, passa-se a decidir.

Em 4 de maio deste ano, o Pleno do eg. **Supremo Tribunal Federal** proferiu decisão, em Questão de Ordem na Ação Penal 937, restringindo o âmbito dos casos de foro por prerrogativa de função perante a Suprema Corte, nos seguintes termos:

*O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, resolveu questão de ordem no sentido de fixar as seguintes teses: “(i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo”, com o entendimento de que esta nova linha interpretativa deve se aplicar imediatamente aos processos em curso, com a ressalva de todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF e pelos demais juízos com base na jurisprudência anterior, conforme precedente firmado na Questão de Ordem no Inquérito 687 (Rel. Min. Sydney Sanches, j. 25.08.1999), e, como resultado, no caso concreto, determinando a baixa da ação penal ao Juízo da 256ª Zona Eleitoral do Rio de*

*Janeiro para julgamento, tendo em vista que (i) os crimes imputados ao réu não foram cometidos no cargo de Deputado Federal ou em razão dele, (ii) o réu renunciou ao cargo para assumir a Prefeitura de Cabo Frio, e (iii) a instrução processual se encerrou perante a 1ª instância, antes do deslocamento de competência para o Supremo Tribunal Federal.*  
(...)

A decisão repercutiu nos julgados desta Corte Superior, que passou a adotar a mesma linha de raciocínio, como se vê do seguinte acórdão:

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS. COMPETÊNCIA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ANALISAR SUA PRÓPRIA COMPETÊNCIA. REGRA DA KOMPETENZ-KOMPETENZ. LIMITAÇÃO DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO ART. 105, I, "A" DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO REPUBLICANO. GOVERNADOR DE ESTADO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA APENAS AOS CASOS DE DELITOS PRATICADOS EM RAZÃO E NO EXERCÍCIO DO CARGO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO SIMÉTRICA DO ART. 102, I, "B" E "C", EM RELAÇÃO AO ART. 105, I, "A", CF. ALINHAMENTO AO ENTENDIMENTO ADOTADO PELO EXCELSO PRETÓRIO. MESMA RATIO DECIDENDI. UBI EADEM RATIO, IBI EADEM LEGIS DISPOSITIO (ONDE EXISTE A MESMA RAZÃO FUNDAMENTAL, PREVALECE A MESMA REGRA DE DIREITO). AGRAVOS REGIMENTAIS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. O fato de a regra de competência estar prevista em texto constitucional não pode representar óbice à análise, por esta Corte de Justiça, de sua própria competência, sob pena de se inviabilizar, nos casos como o dos autos, o exercício deste poder-dever básico de todo órgão julgador, impedindo o imprescindível exame deste importante pressuposto de admissibilidade do provimento jurisdicional.*

*2. Todo e qualquer magistrado deve aplicar o direito, de acordo com a incidência das normas jurídicas, sempre tendo em conta as regras e os princípios previstos na Constituição da República, sem o que restaria inviabilizada a própria interpretação sistemática do ordenamento jurídico.*

*3. O foro especial no âmbito penal é prerrogativa destinada a assegurar a independência e o livre exercício de determinados cargos e funções de especial importância, isto é, não se trata de privilégio pessoal. O princípio republicano é condição essencial de existência do Estado de Direito, razão pela qual o republicanismo caminha, *pari passu*, com a supressão dos privilégios, devendo ser*

*afastadas da interpretação constitucional os princípios e regras contrários ao elemento axiológico da igualdade.*

*4. O art. 105, I, "a", CF consubstancia exceção à regra geral de competência, de modo que, partindo-se do pressuposto de que a Constituição é una, sem regras contraditórias, deve ser realizada a interpretação restritiva das exceções, com base na análise sistemática e teleológica da norma.*

*5. Desse modo, ao art. 105, I, "a", da Constituição Federal, deve ser conferida interpretação de forma a atender o princípio republicano, do qual é corolário a vedação de privilégios de qualquer espécie, com ênfase na interpretação restritiva das exceções, segundo a qual o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas.*

*6. Somente com uma interpretação simétrica dos arts. 102, I, "b" e "c" e 105, I, "a", da Lei Fundamental, conferindo a mesma solução jurídica a casos análogos, será possível afirmar que esta Corte Superior proferiu decisão consistente e aceitável racionalmente, duas condições indispensáveis à tarefa de julgar, para que se realize a função socialmente integradora da ordem jurídica e a pretensão de legitimidade do direito.*

*7. As mesmas razões fundamentais - a mesma ratio decidendi - que levaram o Excelso Pretório, ao interpretar o art. 102, I, "b" e "c", da CF, a restringir as hipóteses de foro por prerrogativa de função são, todas elas, aplicáveis ao caso em apreço, justificando, dessa forma, que seja atribuído ao art. 105, I, "a", da Lei Fundamental, interpretação simétrica àquela conferida pelo Supremo Tribunal Federal às suas competências originárias.*

*8. Assim, é de se conferir ao enunciado normativo do art. 105, I, "a", da CF, o mesmo sentido e alcance atribuído pelo Supremo Tribunal Federal ao art. 102, I, "b" e "c", restringindo-se, desse modo, as hipóteses de foro por prerrogativa de função perante o STJ àquelas em que o crime for praticado em razão e durante o exercício do cargo ou função - no caso concreto, o de Governador de Estado -, porquanto "onde existe a mesma razão fundamental, prevalece a mesma regra de direito".*

*9. Destarte, reconhecida a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, determina-se a remessa dos autos a uma das Varas Criminais da Capital do Estado da Paraíba, e posterior prosseguimento da presente ação penal perante o juízo competente.*

*10. Agravos regimentais a que se nega provimento.*

*(AgRg na APn 866/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/06/2018, DJe 03/08/2018)*

Antes mesmo desse posicionamento mais restritivo em relação ao foro por prerrogativa de função, já prevalecia nesta Corte o entendimento de que, findo o mandato

de governador do acusado, encerra-se a competência do Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO PENAL - PROCESSUAL PENAL - GOVERNADOR - FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO - MANDATO EXPIRADO EM 31/12/2010 - REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SÚMULA 147 DESTA CORTE SUPERIOR - INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE - RECURSO IMPROVIDO.*

*(AgRg no AgRg na APn 313/ES, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, CORTE ESPECIAL, julgado em 31/08/2011, DJe 05/10/2011)*

É fato que, em conformidade com o posicionamento mais atualizado do Supremo Tribunal Federal, poderá haver ocasiões nas quais o término do mandato não altere a competência, mas isto somente ocorrerá se concluída "*a instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais*".

Não é o caso dos autos, quando ainda não houve deliberação acerca do recebimento da denúncia.

Na espécie, deve-se ainda ter em consideração a manifestação do Ministério Público Federal, no sentido de que os autos sejam remetidos a uma das Varas Criminais de Natal-RN (fls.1199).

Com base nessas considerações, **DECLINA-SE DA COMPETÊNCIA para processar e julgar o presente feito**, determinando-se a imediata **remessa dos autos à Justiça Estadual (Diretoria do Foro da Comarca de Natal-RN)**, para distribuição a uma das Varas Criminais competente.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator